



AS MÃES PRECOSES E AS FRONTEIRAS FLUIDAS DOS ALDEAMENTOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO (1730-1820)

Carlos Alberto Medeiros Lima¹
Universidade Federal do Paraná

Marcio Marchioro²
Universidade Federal do Paraná
Secretaria de Estado da Educação do Paraná

Resumo: Muitas das jovens indígenas dos aldeamentos paulistas do século XVIII iniciavam precocemente suas vidas reprodutivas. Apesar de tais informações sugerirem uma propensão a rápido crescimento demográfico, esse avanço de fato não se verificava, conduzindo-nos a observar outros dados relativos à vida dentro dos aldeamentos, especialmente sobre as fronteiras dos mesmos. Assim, levamos em consideração informação qualitativa e dados indiretos sobre a dinâmica da formação de famílias, sobre as mortes de adultos e sobre indígenas retirados das aldeias.

Palavras-chave: história dos índios – aldeamentos indígenas – descendentes livres de escravos – estudos de população – São Paulo, séculos XVIII e XIX

PRECOCIOUS MOTHERS AND THE FLUID BOUNDARIES OF INDIAN VILLAGES IN SÃO PAULO (1730-1820)

Abstract: Among Indian women who lived inside villages located in the São Paulo captaincy, a considerable proportion became mothers at very early stages of their lives. Although this information suggests a tendency towards rapid demographic growth, this advancement did not happen, which leads us to observe other data on life inside those institutions, particularly information about their boundaries. We take into account qualitative information and indirect data on the dynamics of family formation, on adult deaths, and on native men taken from the villages.

Keywords: Indian history – Indian villages – colored freemen – population studies – São Paulo, XVIIIth and XIXth centuries

Nestas notas abordamos aspectos da vida social em aldeamentos indígenas estabelecidos na capitania de São Paulo durante o século XVIII e o início do seguinte.³ Um deles se liga a que tendência ao crescimento ou ao decréscimo demográfico pode ser esperada em relação aos indígenas aldeados ou sob outras formas de contato e controle colonial. A resposta precisaria passar, entre outros elementos, pela estrutura etário-sexual dos aldeamentos, pela mortalidade e pela propensão a que tais aldeias fossem abandonadas. Mas uma aproximação à fecundidade das índias pode ajudar a formular algumas expectativas.

¹ Bolsista de Produtividade em Pesquisa – nível 2 – do CNPq. E-mail: carlima3@gmail.com.

² E-mail: markmarch81@gmail.com.

³ Estas notas reúnem resultados de pesquisas independentes dos autores, na direção de produzir hipóteses e direcionamentos para as discussões realizadas por cada um deles.

Outro problema de investigação se liga ao estudo da mortalidade, o que, sendo ela muito marcadamente infantil, demanda a formulação de algum tipo de imagem, por impressionista que seja, a respeito da importância das crianças pequenas na população. Quanto a este último ponto, as idades que as mães tinham ao começarem a gerar rebentos constituem uma aproximação útil. Essas aproximações serão por sua vez confrontadas com outros tipos de informação, objetivando, ao tomar como pretexto esses questionamentos, avançar quanto ao difícil problema de como separar (ou, talvez de modo mais produtivo, à árdua questão de como relacionar) protagonismo indígena, constrangimentos étnicos herdados e gerenciamento colonial e missionário.

Os questionamentos colocam em contato com o problema das fronteiras étnicas e das concepções acerca da mestiçagem. Isso porque a fragilidade do desempenho demográfico das aldeias pode ter resultado tanto da movimentação física de índios para fora delas quanto de mudanças nos critérios usados para definir a expressão “índio”. Põem igualmente em face de problemas relacionados aos padrões de mortalidade vigentes entre indígenas submetidos à situação de contato.

A mera recordação dos choques microbianos ligados à conquista não é suficiente para resolver nem mesmo a formulação de expectativas. Afinal, uma dinâmica bem mais complexa transparece nos resultados da análise da mortalidade indígena sob contato. Inicialmente, a conquista produziu a impressionante sucessão de crises de mortalidade cujos responsáveis frequentemente eram a varíola, o sarampo ou ambos. O tempo, no entanto, conduzia à formação de outro ambiente mórbido, o qual, embora fosse igualmente trágico, era completamente diferente do anterior. Ao invés das crises súbitas e aterradoras do choque inicial, passava-se a vivenciar a lógica de uma mortalidade constantemente muito alta, cujos vetores eram outras doenças importadas do Velho Mundo, mas de dinâmica bem diferente, caso, especialmente, da malária. Esse novo padrão se associava também aos efeitos da maior condensação

demográfica e da mais efetiva sedentarização ligadas ao controle colonial, potencializando a proliferação de parasitas, às vezes endógenos.⁴

Assim, reunir informações acerca das questões aludidas permitirá uma aproximação intensa à vida no interior dos aldeamentos, sendo este o objetivo central do presente trabalho. Segundo Pasquale Petrone, as aldeias paulistas tiveram um auge demográfico no século XVII, seguido por uma longuíssima estagnação, pois seus contingentes precisaram de todo o século XVIII para pouco mais que dobrar. Teriam sido pouco mais de mil indígenas por volta de 1589, algo como 15 mil na década de 1640 e mil novamente ao redor de 1700, tendo se seguido a isso um crescimento lento, apto a permitir a Petrone estimar existirem mais de dois mil aldeados em 1798.⁵

É verdade que o contingente mais que dobrou durante o setecentos, mas ainda assim isso não condiz com a imagem fornecida pelo próprio Petrone a respeito da estrutura da população aldeada em 1798. Segundo ele, cerca de um terço da população de quase três mil pessoas era formado por crianças com menos de dez anos de idade.⁶ Esse número é elevado e, assim como os resultados da análise das mães precoces (ver adiante), apontaria para processos bem mais robustos de crescimento demográfico. Mas esses processos não se observaram, nem mesmo sendo ajudados por incorporações de novas levas de indígenas a vários aldeamentos durante o setecentos. Além disso, nem todos os indicadores apontam para tamanha capacidade de crescimento. A aproximação à fecundidade das aldeadas representada pela razão criança/mulher é um deles. A relação entre o número de crianças com idades até quatro anos (202) e o de mulheres com idades entre os 15 e os 44 anos (505) é 0,400. Em São Paulo ao redor dos anos 1820 essa razão ficava na casa de 1, apontando para valores bem altos e muito superiores aos verificados para os indígenas aldeados. Esse, por exemplo, foi o caso de Bananal

⁴ HEMMING, John. **Fronteira amazônica**. São Paulo: Edusp, 2009. p. 289.; LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Invernos cruentos: nota sobre a morbidade entre escravos e administrados a partir de movimentos sazonais e crises de mortalidade (Curitiba, 1732-1801). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 20, p. 98-129, 2015.

⁵ PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos paulistas**. São Paulo: Edusp, 1995. p. 249.

⁶ Ibidem. p. 262-263.

em 1822 (população livre).⁷ No que toca à população escrava paulista, a imensa amostra usada por Luna e Klein quanto ao final do século XVIII aponta para valores um pouco superiores frente aos indígenas, entre 0,481, em 1777, e 0,436, em 1804.⁸ Tomando apenas este último valor, em virtude da proximidade temporal quanto aos dados aqui levantados, vê-se que a fecundidade das índias nos aldeamentos não era tão diferente assim daquela das escravas desse período anterior ao desenvolvimento cafeeiro.

Conforme se afirmou acima, a participação das crianças na população, confrontada com a aproximação à fecundidade ou à quase estagnação demográfica setecentista das aldeias, representa um quebra cabeças. A consideração das mães precoces representa outro.

Procedimentos quanto às mães precoces

Parte-se aqui de uma observação, a partir dos recenseamentos dos aldeamentos paulistas, das indígenas que se tornaram mães muito precocemente. Isso não constitui um indicador confiável a respeito da fecundidade das mulheres aldeadas, pois só foram observadas as que iniciaram suas carreiras reprodutivas muito cedo. Ademais, só uma parte dessas carreiras é objeto de consideração aqui, não se realizando qualquer aproximação à possibilidade de que a mortalidade tenha diferido conforme grupos e locais. É verdade que a observação das mães aldeadas de São Paulo que apareciam com mais de 24 anos nas listas de habitantes aponta para a mesmíssima coisa, ou seja, para o início precoce de suas carreiras. Mas não há como verificar se as proles arroladas no interior dos domicílios das mães estão completas, e nem se houve tendência muito grande a que elas estivessem sangradas demais pela morte. Sempre se suspeitará, no caso das mulheres observadas com mais idade, de que seus filhos mais velhos já teriam saído dos fogos de origem, impedindo a detecção da relação de filiação, o que se teria devido à própria precocidade verificada.

⁷ Quanto a Bananal no período, ver MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999.

⁸ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. São Paulo: Edusp, 2005. p. 177.

O corte para definir mães precoces foi estabelecido em 24 anos pelo fato de a experiência de muitos historiadores com os censos antigos dar segurança de que idades redondas apontavam para a faixa etária superior, e não para a inferior, como se pode observar a partir das reflexões de Nadalin sobre os recenseamentos da Curitiba setecentista.⁹ É possível ter alguma segurança de que nenhum filho das mulheres com até 24 anos havia saído de seu controle, se tiver sobrevivido. O mesmo não pode ser dito a respeito da prole de uma moça de 29 anos, por exemplo, e era grande a chance de que uma mulher com essa última idade fosse registrada como alguém de “25 anos”.

É necessário deixar claro que os casos das mães solteiras não estão separados dos das casadas ou viúvas. Embora os dados sugiram que a formalização das uniões aumentava a fecundidade, a pequenez das amostras relativas às aldeias tornaria os dados ilegíveis.

A estimativa mais importante é a relativa à idade média e mediana com a qual as índias que fossem mães precoces começavam suas carreiras reprodutivas, mas, sendo fundamental alguma impressão a respeito da frequência relativa dessa precocidade, foi relacionado o número de mães precoces com aquele de moças com idades entre os 15 e os 24 anos de idade no interior do mesmo grupo. Fundamental igualmente é a dispersão das idades, pois considerá-la permite formular hipóteses sobre a regulação da vida familiar no interior dos aldeamentos. Desvios pequenos em relação à idade média na primeira parturição podem fazer referência a uma alta institucionalização da precocidade aludida, como se ela fosse induzida por regras sobre cuja vigência conhecemos muito pouco.

Resumindo, observa-se, primeiramente, com que idades as mães precoces começavam a gerar rebentos. Em segundo lugar, busca-se uma aproximação à importância dessas mães jovens entre as mulheres. Em terceiro lugar, aborda-se aproximadamente o grau de institucionalização dessa maternidade precoce, pois, quanto menos desvios em relação à idade média, maior a probabilidade de se ter estado diante de controles deliberados sobre a formação de famílias entre os aldeados.

⁹ NADALIN, Sérgio Odilon. **História e demografia**: elementos para um diálogo. Campinas: ABEP, 2004. p. 34-35.

O caso das mães precoces indicará tendências ao avanço populacional, já se pode adiantar. Mas, antes de observar as informações de acordo com essa organização, consultamos uma obra clássica e enviesada sobre os aldeamentos paulistas, a história da Companhia de Jesus do padre Serafim Leite, a fim de tracejar o trajeto institucional dos aldeamentos de São Paulo.

Os aldeamentos paulistas segundo Serafim Leite

Leite parte de um sobrevoo que o leva a concluir que a atuação dos jesuítas, assim como da Coroa, anteriormente a 1755, pautava-se pela consideração dos índios a partir dos princípios simultâneos de sua liberdade e de sua menoridade, sujeitando-os, julgava, ao governo patriarcal dos inacianos. As alterações de 1755-1757 teriam modificado isso no sentido de mantê-los livres, ao mesmo tempo que suprimiam seu estatuto de menoridade, eliminando o patriarcalismo.¹⁰

As aldeias de El-Rei, isto é, aquelas sujeitas à autoridade secular de funcionários e governadores, possuíam terras próprias, para sustento e aprendizagem. Em São Paulo, foram quatro as desse tipo: São Miguel, Pinheiros, Barueri e Guarulhos.¹¹

Em relação a São Miguel, a primeira referência a ela é de 1586, tendo tido, talvez, 800 índios em 1589. Por vezes teve missionário residente, sendo na maior parte do tempo assistida a partir do Colégio.¹² No fim dos anos 1620, era administrada, juntamente com as de Nossa Senhora da Escada e N. S. da Conceição (sendo esta a dos Maromimins), por uma dupla de inacianos. Após os tumultos de 1640, passou à gestão da câmara e, em 1689, à dos franciscanos. Senhores circundantes interferiam já no século XVII, obtendo terras, ao mesmo tempo que aparentavam apoiar materialmente a evangelização.¹³ Em 1698, a aldeia de Marueri passou ao domínio dos carmelitas.¹⁴

¹⁰ LEITE, S. I., Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. tomo VI, p. 227-228.

¹¹ *Ibidem*. p. 230. Advirta-se que, além da aldeia de Nossa Senhora da Escada de Barueri, existiu uma aldeia da Escada para além de Mogi das Cruzes (VI, p. 240).

¹² *Ibidem*. p. 230.

¹³ *Ibidem*. p. 230-231.

¹⁴ *Ibidem*. p. 240.

Quanto à de Pinheiros, também data do século XVI, tendo passado, em 1698, para a administração dos beneditinos.¹⁵ A de Barueri é do princípio do XVII. Pode ter abrigado também alguns índios Guarulho que estavam sendo aldeados simultaneamente, o que explicaria o nome Marueri, também utilizado.¹⁶

A relação dos jesuítas com a administração das aldeias foi uma questão mais complexa do que se imagina. Por vezes, os próprios inacianos rejeitaram geri-las, a fim de ajustar minimamente as relações entre a Companhia e os colonos. Foi o que se deu em 1643, permitindo, aliás, o retorno dos padres em 1653, após sua expulsão, pois os habitantes de várias vilas paulistas buscaram impor essa condição para que recebessem bem os religiosos,¹⁷ apesar de o condicionamento não ter constado do acordo dos anos 1650. Na “escritura de transição e amigável composição” lavrada em São Vicente, em 1653, fazia-se referência apenas a que os padres não acolheriam os índios dos moradores em suas casas e fazendas.¹⁸

Inversamente, quando começou a referir-se à segunda metade do século XVII, Serafim Leite passou a utilizar quanto aos inacianos um jargão de reorganização das “aldeias privativas”.¹⁹ Por outro lado, apontava-se no final dos anos 1680 a existência na capitania de 80 mil índios desprovidos de doutrina, determinando-se que os padres “os poderiam ensinar nas missões”.²⁰ O relato de Leite realmente mudou de tom quando começou a referir-se às duas últimas décadas do século XVII.

Quanto às aldeias reais, 1691 foi ano de reorganização, determinando-se aos governadores gerais que não fossem administradas por seculares. Artur de Sá e Menezes solicitou administradores ao provincial dos inacianos, mas obteve a

¹⁵ Ibidem. p. 231.

¹⁶ Segundo Benedito A. Prezias, há uma série de grafias possíveis para o grupo. As encontradas na documentação quinhentista são principalmente: Maromomis, Maramomís, Morememim e Moromomins. Já as encontradas na documentação seiscentista são Guarumimim, Gurumimins, Muruminis, Guarumimim, Guaramimins, Garomemis, Marumimim, Guarimunis, Marumininis e Jeromomis. Ver PREZIAS, Benedito A. **Os índios do planalto paulista**: nas crônicas quinhentistas e seiscentistas. São Paulo: Humanitas, 2010. p. 170-171.

¹⁷ LEITE, S. I. Op. Cit., p. 278.

¹⁸ Apud Ibidem. p. 287.

¹⁹ Ibidem. p. 306.

²⁰ Ibidem. p. 318.

prudente resposta de que não os havia, certamente por se desejar evitar confronto com os leigos.²¹

Quanto ao começo do século XVIII, Leite já se referiu a aldeias em terras da Companhia. Nelas, inacianos forneciam terras para atividades autônomas dos indígenas – cujo produto podia eventualmente ser vendido – e para que levantassem suas casas. Eles podiam lavrar essas terras diariamente, após as 14 horas, e aos sábados.²²

Aldeias da Companhia já existiam bem antes disso, no entanto. O relato de Leite a esse respeito começa com a relativamente tortuosa criação da aldeia de Carapicuíba. Em 1580, índios da aldeia de Pinheiros receberam sesmaria no local com esse nome (doações desse tipo podiam ser concedidas a corporações, como municipalidades e aldeamentos²³). Paralelamente, a área abrigava também sesmaria de um casal leigo que fundara ali, e por si, uma “aldeia de índios forros”, com “guaramins e outras nações”. Dessa capela, instituída em 1592, doou-se em 1615 ao Colégio dos inacianos uma sesmaria, com seus bens, instalações e instituições. Essa aldeia chegou a mudar de local durante a primeira metade do século XVIII, tendo sido transferida para Itapecerica. Mas retornou parcialmente no mesmo intervalo, ficando um núcleo em Itapecerica e tendo permanecido de certo modo afastada dos circuitos de atividade que ligavam o planalto e o litoral. O núcleo de Itapecerica era às vezes tratado como ligado a Embu, pois a proximidade podia fazer com que parecessem a mesma unidade. Em 1689, os padres referiam-se às aldeias jesuíticas de Nossa Senhora do Rosário (Embu) e N. S. dos Prazeres (Itapecerica).²⁴

Por outro lado, Embu, que durante algum tempo foi entregue aos carmelitas, resultou de sucessivos legados pios de casal leigo entre as décadas de 1620 e 1660.²⁵ Já sob controle da Companhia, e pouco antes de sua expulsão, sabe-se que se produzia nela mandioca, além de um pouco de trigo e de algodão, que se fiava e

²¹ Ibidem. p. 345-346.

²² Ibidem. p. 348.

²³ Ver, por exemplo, CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. **Operários de uma vinha estéril**. Os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil – 1580-1620. Bauru: Edusc, 2006. p. 120.

²⁴ LEITE, S. I. Ibidem. p. 355-357.

²⁵ Ibidem. p. 358.

tecia.²⁶ Carapicuíba, por outro lado, produzia, no início dos anos 1740, madeira de construção, telhas e ladrilhos, além de farinha de mandioca e outros gêneros comestíveis.²⁷

Nossa Senhora da Ajuda de Itaquaquecetuba, por onde viria a passar mais tarde o caminho para Minas Gerais, derivou do estabelecimento de uma capela, na década de 1620, por um padre secular que administrava índios. Segundo especulações de Leite, o instituidor pode ter atuado movido por culpa, dado suspeitar-se então de que os índios originários houvessem sido trazidos de reduções castelhanas.²⁸

A fundação do aldeamento de Itapecerica próximo à cidade de São Paulo gerou uma série de discordâncias. Durante os setenta anos iniciais de administração dos jesuítas foram produzidos poucos documentos sobre a aldeia missionária. Sua data de fundação mais provável é 1689.²⁹ O aldeamento sempre manteve um vínculo forte com as aldeias de Carapicuíba e Embu, como vimos acima por meio do padre Serafim.³⁰ E não se tratou apenas de Itapecerica, pois a aldeia missionária de São José também teria sido formada com índios de Carapicuíba. O aldeamento de Carapicuíba tinha atingido seu limite máximo de expansão e já não havia mais lugar para todas as famílias que ali residiam. Assim, alguns índios foram transmigrados para novo terreno e, por isso, manteve-se um vínculo histórico e de aliança com a aldeia de Carapicuíba.³¹

Como Itapecerica era um desmembramento da aldeia de Carapicuíba, é muito provável que a formação étnica do aldeamento tenha sido a mesma. No

²⁶ Ibidem. p. 361.

²⁷ Ibidem. p. 364.

²⁸ Ibidem. p. 362-363. Leite também fez referência a aldeamentos na área do rio Paraíba (VI, p. 367-369) assim como, quanto ao princípio do século XVII, a uma pequena aldeia em Itanhaém e a duas aldeias pequenas nas quais se pregava a partir da nucleação de Santos (1619). Uma dessas era a de Peruíbe, mas afirma Leite que elas às vezes se fundiam em virtude da falta de contingentes. A outra, aparentemente anterior, era aldeia de El-Rei, denominada por vezes aldeia de S. João (VI, p. 434-436).

²⁹ CORRÊA, Dora Shellard. **O aldeamento de Itapecerica**: de fins do século XVII a 1828. São Paulo: Estação da Liberdade, 1999. p. 38.; MARCHIORO, Marcio. Casamentos indígenas: estratégias matrimoniais na aldeia de Itapecerica (século XVIII e início do século XIX). In: **XV Encontro Regional de História – Anais**. Curitiba, 2016.

³⁰ CORRÊA, D. S. Op. Cit., p. 39; MARCHIORO, M. Op. Cit., p. 1-4.

³¹ CORRÊA, D. S. Op. Cit., p. 42; MARCHIORO, M. Op. Cit., p. 1-4.

princípio, as etnias fundadoras de Carapicuíba teriam sido as dos Guaianá (Kaingang) e dos Goaramim.³²

Dispersam-se no texto de Leite alguns relatos indicando o modo como indígenas iam parar nessas aldeias. Havia incursões especialmente voltadas para isso, como a “entrada por terra” aos Carijó realizada na década de 1600 pelo padre Sebastião Gomes. Similarmente, o padre Francisco de Moraes notabilizava-se nos anos 1660 como grande “sertanista”.³³ Grupos Jê que se espalhavam pelo vale do Paraíba parecem ter sido dispersados por várias aldeias, algumas em São Paulo.³⁴ Na aldeia da Conceição, no início do século XVII, habitavam grupos Guaramomim, Guarulho e Gesseraçu.³⁵ Índios podiam ser levados a se envolverem nesses processos. Segundo o padre Francisco Carneiro, na década de 1620, moços da fazenda e aldeia “de Ibataran” levaram do sertão para lá alguns indígenas, pois haviam ido “às escondidas dos padres [...] buscar à volta dos pombeiros dos brancos”. Consultados sobre onde desejavam ficar, os índios preferiram permanecer ali, apesar de poderem ir para a aldeia de Marueri.³⁶

Ao redor de 1700, o padre Francisco de Matos elencava entre os mecanismos de arregimentação de aldeados movimentos de indígenas de administrações particulares para aldeias. Ter-se-ia tratado de súbitos “escrúpulos de consciência” dos leigos que, antes, teriam cativado esses índios com violência. Sem aventurar-se a imaginar a importância do processo, mas persistindo na idealização da experiência jesuítica, o padre Serafim Leite julgou que esse mecanismo vigeu ao lado do processo normal que fazia índios adentrarem as aldeias porque “havia descido por livre vontade”.³⁷

* * *

É preciso chamar a atenção para o fato de a cronologia da legislação antiescravidora ter afetado o relato de Leite sobre essas aldeias, pois a maneira como se referiu à Companhia no que toca a períodos posteriores a 1680 sugere que identificou, para o final do seiscentos, uma estabilidade maior na presença dos

³² CORRÊA, D. S. Op. Cit., p. 48; MARCHIORO, M. Op. Cit., p. 1-4.

³³ LEITE, S. I. Op. Cit., p. 233, 406, 408.

³⁴ LEITE, S. I. Op. Cit., p. 240.

³⁵ LEITE, S. I. Op. Cit., p. 242.

³⁶ Apud LEITE, S. I. Op. Cit., p. 235.

³⁷ LEITE, S. I. Op. Cit., p. 346.

jesuítas, com suas aldeias privativas. A legislação escravizadora (o sistema de administração particular) também interferia em seu funcionamento, e assim 1696 foi, mais uma vez, marco no relato de Leite. Mudanças políticas também afetavam os aldeamentos, como se percebe, novamente, pela ênfase em datas como 1580 e 1640, presente nos balizamentos cronológicos propostos pelo inaciano. Isso se nota igualmente nos relatos de fundação de aldeias que passavam por legados pios e sua vinculação com negociações entre nobreza da terra (as elites locais), instituições religiosas e arranjo estatal-dinástico em mutação entre o fim do século XVI e o início do seguinte. A relação câmara/Companhia/governo-geral (ou do Rio de Janeiro) também teve papel no relato sobre aldeamentos proposto por Serafim Leite.

Contextualizadas institucionalmente as aldeias, retomamos a discussão sobre o indicador cuja elaboração motivou o presente trabalho, ou seja, o comportamento das mães precoces. Ressalte-se que submeteremos sua leitura a comparações que julgamos estratégicas.

As mães precoces

Comparam-se os dados relativos às mães dos aldeamentos paulistas com aqueles obtidos em relação a outras realidades. Alguns outros aglomerados de indígenas sob controle colonial foram recenseados, nomeadamente o aldeamento de Guarapuava, no atual Paraná, e os índios urbanos de Buenos Aires. Optou-se também por comparar as mães precoces das aldeias paulistas com negras, pardas e mestiças libertas e livres. A presença frequente das mesmas na fronteira agrária torna os casos comparáveis. Isso resulta igualmente do fato de viverem em domicílios organizados e visíveis na fonte, ao invés de serem simples e displicentemente listadas sem muita atenção a arranjos familiares. A confluência entre o projeto de tornar vilas camponesas os aldeamentos³⁸ e a vida efetivamente camponesa dessas mulheres negras e pardas também torna a comparação rentável, do mesmo modo que a mistura de pobreza e diferença tratada como étnica, embora de modo cambiante, o que afetava índios e descendentes livres de

³⁸ Ver, por exemplo, SCHWARTZ, S, **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. S. l: s.n, s.d. p. 45-46.

escravos. Fique claro, no entanto, que a situação de opressão em que viviam os indígenas era mais grave que a imposta pelo domínio mercantil a lavradores negros pobres, já que ao campesinato negro não era imposta a figura institucionalizada de administradores.

As diferenças eventualmente apontadas pelas comparações são vistas como indicadores de fenômenos de ordem institucional. Trata-se de indícios a respeito de situações consideradas normais no tocante à formação de famílias e à presença de energias de crescimento da população. Seria muito precipitado tentar transformar informações a respeito apenas das mães precoces em indicadores demográficos mais consistentes.

Observem-se, então, as informações contidas na tabela 1. Começando pela participação das mães precoces entre as moças jovens, vê-se que ela se situava, nas aldeias paulistas, em níveis baixos, só tendo abaixo de si os patamares atingidos pelas moças negras e mestiças em núcleos mais urbanizados, como Buenos Aires ou Vila Rica, ou então o das meninas curitibanas que, livres, descendessem de escravos. Tinha especialmente abaixo de si os patamares alcançados pela população negra e parda da cidade de São Paulo em 1765.³⁹ Isso é muito significativo. Mais meninas índias dos aldeamentos, em confronto com as moças negras livres e libertas das imediações, eram postas para procriar cedo, e sabe-se que a população negra livre tinha, já nessa época, forte capacidade de crescimento. Quanto ao caso das outras (modestas) concentrações de índios controlados pela sociedade colonial, fica-se com a impressão de esta última sociedade ter contido um projeto para eles que passava, fruto talvez das necessidades de evangelização, pelo incentivo (ou mais que isso) à precocidade das uniões. Assim é que, especialmente na situação guarapuavana, ainda influenciada pelo fato de ter sido controlada por eclesiásticos,⁴⁰ é claro o incentivo às uniões precoces, com proporções realmente enormes de mães muito jovens. Como o de Buenos Aires, controlado por leigos, ficava mais parecido com o paulista, também laicizado, a impressão com que se fica é a de ter sido realmente importante o incentivo

³⁹ Quanto à cidade de São Paulo, é imprescindível ler MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo - povoamento e população, 1750-1850**. São Paulo: Pioneira, 1973.

⁴⁰ TAKATUZI, Tatiana. **Águas batismais e santos óleos**. Curitiba: Museu Paranaense, 2014, p. 85-91.

eclesiástico às uniões e à maternidade precoce, tendo tido relevo também a supressão do predomínio clerical.

Tabela 1
As mães precoces dentro e fora das aldeias paulistas (1765-1836)

Aldeias paulistas e outras concentrações de índios							
Local	período	(A) n. de mães precoces	(B) n. de moças com 15 a 24 anos	(A/B)%	Idade média na primeira parturição observada	Idade mediana na 1ª parturição observada	Desvio padrão – idade
Aldeias paulistas	1798-1803	37	195	19,0	16,1	17	2,8
Guarapuava	1831	7	12	58,3	16,0	16	2,2
Guarapuava	1835	13	29	44,8	15,1	15	1,8
Buenos Aires	1778	14	64	21,9	16,3	16	2,7

População em domicílios chefiados por mestiços, pardos e negros livres ou libertos							
Local	período	(A) n. de mães precoces	(B) n. de moças com 15 a 24 anos	(A/B)%	Idade média na primeira parturição observada	Idade mediana na 1ª parturição observada	Desvio padrão – idade
São Paulo	1765	9	64	14,1	15,9	15	3,0
Castro	1779	18	83	21,7	17,3	18	3,9
Castro	1804	27	90	30,0	15,9	16	2,8
Vila Rica	1804	57	301	18,9	16,8	17	2,6
Jacupiranga	1836	5	13	38,5	15,2	15	3,5

População mestiça, parda e negra livre ou liberta							
Local	período	(A) n. de mães precoces	(B) n. de moças com 15 a 24 anos	(A/B)%	Idade média na primeira parturição observada	Idade mediana na 1ª parturição observada	Desvio padrão – idade
Buenos Aires	1778	40	333	12,0	16,5	17	3,4
Curitiba	1797	23	131	17,6	16,1	16	2,5
Guaratuba	1801	19	40	47,5	16,9	17	2,8
Araraquara	1828	10	27	37,0	15,0	15	1,6
Piracicaba	1828	30	95	31,6	15,9	16	3,4
Castro	1835	34	144	23,6	15,1	15,5	3,7

Fontes:

Aldeias paulistas – “1798. Lista da gente da Aldea de N. Snr.^a da Ajuda de Taquaquacetuba”; “Mapa Geral dos Habitantes existentes na Aldea de São João Batista da praia de Peruibe, distrito da Villa da Conceição de Itanhaê, em o presente anno, seos nomes, empregos, naturalidades, idades, estados, cores e ocupação, com especeificação das cazualidades que acontecerão, em cada hua das suas respectivas famílias, desde a fatura da lista do anno antecedente”; “Mapa Geral dos Indios da Aldea de Itapicirica, seos nomes, ocupaçoins, cazualidades, que ouverão thé o mês de Janeiro de 1802”; “Lista dos Indios Abit.^{es} na Aldea de N. S. da Escada de cujos hé Director Francisco Leite de Siqueira, Tenente da 5.^a Companhia do 2.^o Regimento de Infantaria de Milicias, dada no anno de 1802”; “Mapa Geral dos Indios da Aldea de Mboy, seos nomes, ocupasoins, cazualid.^{es} que ouverão thé o mes de Janeiro de 1802”; “Mapa Geral dos Indios abitantes e exzistentes na aldea dos Pinheiros em o presente anno, seis nomes, empregos, estados, idades, ocupassoins cazualidades, do anno de 1802”, todas incluídas em **Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo** (doravante BDAESP), VIII, p. 101-109, 136-144, 145-189, 201-206.

Buenos Aires – UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES. **Documentos para la historia argentina**. Buenos Aires: Companhia Sud-Americana de Billetes de Banco, 1919, t. XI (“Territorio y población. Padron de la ciudad de Buenos Aires [1778]”)

Guarapuava, Curitiba, Guaratuba, Araraquara, Piracicaba, Castro – Arquivo Público do Estado de São Paulo, Maços de população, 1779-1835 (as listas de Araraquara encontram-se no interior das de Constituição/Piracicaba; as de Guarapuava, 1835, no interior das de Castro).

Jacupiranga – ALMEIDA, Antonio Paulino de. Memória Histórica de Jacupiranga. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, n^o CXXVII, 1949.

São Paulo – Recenseamentos (1765-1767). **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Departamento do Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1937, v. LXII

Vila Rica – MATHIAS, Herculano Gomes. **Um recenseamento na capitania de Minas Gerais. Vila Rica – 1804**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1969.

A participação das mães precoces entre as meninas indígenas de Guarapuava só tinha paralelos entre as mocinhas negras e pardas de Guaratuba, numa plaga afastada do litoral do atual Paraná. Mas, se a proporção era comparável, as guaratubanas começavam a ter filhos mais tarde, e em situação bem menos institucionalizada, pois o desvio padrão é substancialmente maior ali perto do mar. Tudo caminha na direção de que a precocidade indígena em Guarapuava resultava de regulação, de interferência. Isso deve ser enfatizado, adicionalmente, para que se possam formular algumas hipóteses plausíveis em relação aos aldeamentos paulistas. A ideia é a de que, pelo final do século XVIII, o declínio da pressão eclesiástica sobre esses aldeamentos pode ter reduzido a importância da regulação dos casamentos. Essa hipótese não pode ser verificada aqui, mas é conveniente apontá-la.

A idade média na época da primeira parturição não discrepa muito de todos os outros casos. Os resultados para as outras situações observadas se espalham pelo intervalo que vai dos 15,1 aos 17,3 anos. O valor central é 16,2, sendo que o obtido para as mães precoces das aldeias paulistas é 16,1, o que não discrepa

muito do caso da população em fogos de pardos e negros na cidade de São Paulo setecentista. Os casos de maior precocidade foram os das índias guarapuavanas (1835) e os das mestiças e negras livres de Castro (1835) e Araraquara (1828). No entanto, os desvios padrão das pardas e negras livres de Castro são, comparativamente, muito elevados, mostrando amplas variações entre estas, de modo que a precocidade não seria muito parecida com uma instituição. O caso de Araraquara é diferente, com idade média e desvio bem pequenos. Mas o das índias de Guarapuava é nítido: uma das menores idades médias e também um dos menores desvios padrão. Novamente se fica com uma impressão de grande institucionalização da precocidade no caso das aldeias missionárias sob controle eclesiástico.

Nesse ponto é importante olhar mais de perto o caso das aldeias paulistas comparando a média com a mediana e o desvio padrão. Como se vê pela tabela 1, a mediana é maior que a média, indicando que os consideráveis desvios observados eram para baixo, mais que para cima da média. Isso significa haver na amostra das aldeias muita parturição abaixo dos 16 anos de idade, o que, dependendo dos valores de cada caso, é simplesmente impossível, e indica problemas sérios com a amostra, representando erros na anotação das idades das mães precoces. Na verdade, casos impossíveis aparecem em todas as amostras consideradas, com mães que teriam parido com oito anos de idade ou coisa parecida, e isso, repetimos, só pode indicar erros. O fato de nenhum desvio padrão ter sido de menos que um décimo da média respectiva indica que esse tipo grosseiro de engano foi muito frequente. Ainda assim, parece ter sido mais comum nas aldeias paulistas, pois as medianas só ultrapassaram as médias neste caso e naqueles de Castro (1779, 1804 e 1835), Vila Rica, Buenos Aires (descendentes livres de escravos em 1778) e Piracicaba.

O precedente, aliado a outros dados mencionados acima, significa que os aldeamentos paulistas tinham forte propensão para crescer demograficamente. Mas sabe-se que isso não aconteceu, o que levanta questões interessantes para o prosseguimento da pesquisa. Por que, mesmo assemelhando-se a situações de fecundidade alta, os aldeamentos tendiam a minguar? Uma série de outras

questões, sem relação com a fecundidade, pode ter atuado, e passa-se a abordar isso, aproximativamente, a partir de diversas investigações.

O suspeito de sempre é a mortalidade, mas a comparação com Guarapuava pode ajudar a por isso no lugar. O cálculo do número médio de filhos dessas mães precoces não faz muito sentido. O certo seria verificar quantos rebentos cada moça tinha, em média, ao atingir os 24 anos, mas tentar fazer isso produziria amostras pequenas demais. No entanto, é significativo que o errático e pouco confiável número médio de filhos das mães precoces nos aldeamentos paulistas fosse quase o dobro do verificado em Guarapuava (1,9 em São Paulo; 1,1 em Guarapuava). Assim, embora as meninas de Guarapuava começassem mais cedo, elas parecem ter tendido a ter menos filhos vivos quando chegavam aos 24, de modo que a mortalidade devia ser mais elevada. Isso, diga-se de passagem, condiz com a distância que separa a antiguidade das aldeias paulistas em relação à novíssima aldeia de Guarapuava, datada da época da presença da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro. Em São Paulo, o doloroso período dos choques microbianos súbitos já havia passado, tendo se cristalizado a situação em que a mortalidade era constantemente elevada. Guarapuava certamente ainda estava matando crianças indígenas ao sabor de crises repentinas, conforme a discussão de Crosby a respeito do Imperialismo ecológico, que leva a dar muita ênfase a cada contato inicial entre indígenas e pessoas provenientes do Velho Mundo ou dos núcleos coloniais mais antigos. Essas experiências tomavam a forma de trocas microbianas súbitas, levando a terríveis e instantâneas elevações da mortalidade.⁴¹

Pelo menos no caso dos aldeamentos paulistas, não parece ter sido a mortalidade infantil o fator decisivo a reduzir o impacto da potencialidade de crescimento demográfico, o que é compatível com a lembrança de que essas aldeias eram antigas. A novidade da de Guarapuava pode ajudar a explicar a razão da relativa carência de crianças: os choques microbianos ainda se sucediam com muita velocidade, já que o aldeamento era apenas do início do século XIX.

As meninas de Guarapuava começavam a procriar até mais cedo que as dos aldeamentos paulistas, mas tinham menos filhos vivos nessa parte da vida que nos

⁴¹ CROSBY, Alfred. **Imperialismo Ecológico**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Cap. 9.

aldeamentos de São Paulo. Provavelmente, era em Guarapuava que a mortalidade mais impedia o crescimento do aldeamento.

As aldeias paulistas, no entanto, também tinham crescimento lento, apesar da maternidade precoce imposta às meninas. Prossegue-se, então, no levantamento de possibilidades para resolver essa espécie de paradoxo.

Fronteiras porosas

O relato de Serafim Leite por si só deixa entrever uma grande porosidade nas relações entre aldeamentos e sociedade circundante, tanto por dentro da atividade dos jesuítas, quanto pelas atitudes dos colonos e autoridades circundantes. No final da década de 1620, um inaciano do Colégio do Rio que visitava São Paulo fez referência a algumas dezenas de índias de São Miguel que viviam como se fossem viúvas, “por estarem seus maridos retirados no Rio de Janeiro”. Eles estavam no Rio por iniciativa dos próprios jesuítas, provavelmente no colégio e na fazenda fluminenses, pois o religioso escreveu sobre eles a um administrador e a um vice-reitor. Na aldeia dos Maromunis, um intérprete indígena recusou-se a apresentar-se diante do padre “por um caso grave de um rapto que lhe tinha acontecido”. O “índio principal de São Barnabé” já estivera na Bahia, já acompanhara padres por mais de uma vez à “missão dos Goitacases” e se oferecia para acompanhar o narrador, o padre Francisco Carneiro (reitor do Colégio do Rio), à Laguna. Terminou por ir, mas na volta foi morto na “casa de um português conhecido seu, com quem se agasalhava”.⁴² Por ocasião da expedição para a fundação da Colônia do Sacramento, índios das aldeias de Itapecerica, Barueri e São Miguel (além de nativos trazidos da aldeia de Cabo Frio) acompanharam jesuítas envolvidos naquela incursão no atual Uruguai.⁴³ Realmente, as aldeias paulistas, mesmo sob controle jesuítico, não eram pautadas pela perspectiva de isolamento em relação à sociedade envolvente que caracterizava as platinas. Por volta de 1630, Martim de Sá manifestava simpatia

⁴² Apud LEITE, S. I. Op. Cit., p. 234-235.

⁴³ Ibidem. p. 358.

pelos padres escrevendo que eles, quanto aos aldeados, “pagam os serviços, que lhes fazem, tão bem ou melhor que as mais pessoas brancas a quem servem”.⁴⁴

Na década de 1730, o superior da aldeia de Embu reuniu os índios da mesma para a construção da ponte de Nossa Senhora. Eles, em troca de pagamento igual ou talvez um pouco maior que o fornecido aos índios dos leigos, atuaram sob a supervisão do superior da aldeia e dos demais padres e irmãos da Companhia.⁴⁵ Analogamente, ao redor de 1700, os índios das aldeias administradas pelos jesuítas tinham, nas fazendas e no Colégio, regime de trabalho equiparado ao dos escravos, no que toca à intensidade. Em sua situação específica, trabalhavam uma semana para seus administradores, uma semana para si, ou então, acompanhando os cativos, separavam o dia em duas partes. Os padres, da mesma forma que os leigos sob o sistema de administração particular, pagavam “salários” compostos de subsistência, remédios e “uma farda por ano”.⁴⁶

No século XVII, falava-se, em relação a momentos em que jesuítas não controlavam as aldeias, de incursões escravizadoras realizadas contra os índios destas últimas por “homens [...] com negros e brancos” a fim de “levarem-nos para suas casas”.⁴⁷ Em 1678 também se dizia que moradores costumavam levar indígenas aos sertões ou para suas casas.⁴⁸ Fazendo referência às aldeias próprias dos jesuítas, Leite mencionou também iniciativas de aliciamento de índios pelos colonos.⁴⁹

Existem também, no entanto, relatos que implicam um fechamento das aldeias em relação às áreas circundantes e seus gananciosos habitantes. Em carta-súplice ao sumo pontífice, enviada por volta de 1640, paulistas queixavam-se das interdições à manutenção de indígenas sob seu controle. Neste passo, deixaram ver que os das aldeias não estavam sujeitos a serviço, sugerindo, diferentemente do que se viu antes, um certo fechamento, aparecendo estas como instituições bem pouco permeáveis aos interesses sediados na sociedade colonial circundante. Acrescentavam que, permanecendo sem ocupação nas aldeias, “são de sua

⁴⁴ Apud *Ibidem*. p. 237.

⁴⁵ *Ibidem*. p. 411.

⁴⁶ *Ibidem*. p. 346-347.

⁴⁷ Apud *Ibidem*. p. 239.

⁴⁸ *Ibidem*. p. 240.

⁴⁹ *Ibidem*. p. 363.

natureza inclinados a comerem carne humana”, assim como a furtos para terem de que se alimentar.⁵⁰ Caminha na mesma direção a ideia de que as aldeias conteriam um regime específico de morbidade e mortalidade, levando a pensar em fechamento. Na carta enviada pelos paulistas leigos ao papa ao redor de 1640, estes se referiam aos aldeamentos insinuando a vigência, neles, de alta mortalidade. Sugeriam que “bexigas e sarampão” prosperavam ali.⁵¹ Mas esses argumentos eram evidentemente falaciosos, e os relatos indicando abertura predominavam claramente.

O exame da documentação dá ainda mais segurança quanto à porosidade das aldeias. No princípio do século XVIII, encontravam-se, como aconteceu em 1736, autorizações para que colonos mantivessem indígenas aldeados em suas propriedades como administrados.⁵² Isso se dava contra termos de que haveria reposição se interviesse ordem nesse sentido, a que às vezes se acrescentavam fiadores do bom tratamento e da disposição para a devolução.⁵³ Em relação a 1739, acham-se casos como o de um missionário franciscano que mandava aldeados trabalharem fora das aldeias para sua conveniência pessoal, segundo se dizia.⁵⁴

A partir de uns dez anos após os casos supracitados, administradores podiam ser flagrados enviando gente das aldeias para trabalho fora das mesmas. Em 1744, por exemplo, corregedores da comarca podiam determinar o trabalho ocasional de aldeados na feitura de caminhos.⁵⁵ Nisso, estariam ordenando algo que também comandavam no tocante aos “demais vassalos”. Mas também são encontrados casos como o expresso na alegação (1767) de que o diretor dos índios da “nova V.^a de S. Jozé” enviara uma família indígena para administração particular, o que os teria conduzido ao núcleo da vila.⁵⁶ De outra parte, o mesmo caso problematiza o “dentro” e o “fora” de uma aldeia paulista, pois a família alegava que comprara terra em S. José. Para complicar mais ainda, foram tratados como foreiros dos carmelitas. A Câmara de Jacareí acrescentava que, fora da vila, o

⁵⁰ Apud Ibidem. p. 265.

⁵¹ Apud Idem.

⁵² BDAESP, VIII, p. 5-10.

⁵³ BDAESP, VIII, p. 24-27, no tocante a 1739.

⁵⁴ BDAESP, VIII, p. 15.

⁵⁵ BDAESP, VIII, p. 36-37.

⁵⁶ BDAESP, VIII, p. 48 e seguintes.

que havia não era exatamente um aldeamento, mas antes muitos índios “que se achão dispersos”.⁵⁷

Quanto à passagem do terceiro para o último quarto do século XVIII, são encontradas alegações de que administradores e colonos incentivavam ou forçavam trabalho indígena fora dos aldeamentos. No início dos anos 1780, o capitão mor de Barueri fazia referência a que os “índios de sua administração” estavam “em grande numero dispersos pelas V.as da Cap.ta por cazas particulares”.⁵⁸ O mesmo requerente, Vicente Pedrozo de Camargo, referia “deserções” até mesmo de famílias e mulheres solteiras.⁵⁹ Lê-se quanto a Embu, em 1788, sobre taverneiro induzindo um jovem aldeado à fuga.⁶⁰

O penúltimo caso, inclusive, abre algumas janelas interpretativas. A dispersão, julgava o capitão, fazia com que os índios perdessem “o amor a sua naturalid.e”, conduzindo-os a posteriores deslocamentos. A noção de “naturalidade” é importante, e se ligava à aldeia e às famílias formadas em seu interior, mais que ao grupo étnico originário. Assim, o aparente déficit identitário entrevisto pelo observador setecentista seria causado pelo afastamento frente à aldeia, suas famílias e à sua própria autoridade.

A agregação como testemunho

A observação das mães precoces sugere que a maternidade apressada teve importância. Ela pode ter tido relação com a também precoce formação de uniões com base na procriação, ao invés de na sanção, o que costumava estar ligado à rapidez do estabelecimento de jovens “sobre si”. É possível avançar um pouco mais nessa questão de ter sido mais ou menos acessível a formação de domicílios lançando mão de informações sobre agregados nos fogos constitutivos dos aldeamentos paulistas. Observá-lo também facultará a elaboração de mais hipóteses sobre os processos de recrutamento de aldeados.

⁵⁷ BDAESP, VIII, p. 50.

⁵⁸ BDAESP, VIII, p. 64.

⁵⁹ BDAESP, VIII, p. 70-71.

⁶⁰ BDAESP, VIII, p. 79.

Esses dados sobre agregados aos fogos das aldeias são relevantes.⁶¹ Somente em Pinheiros não há qualquer indicação sobre pessoas nessa situação. Por meio da confecção da tabela abaixo, conseguimos traçar uma espécie de perfil do sujeito classificado como agregado num aldeamento indígena, sem pressupor que se tratava da mesma coisa que agregar-se aos fogos da sociedade colonial mais ampla. Uma observação inicial importante é a de que, geralmente, os agregados eram menores de idade. Quando menores, predominava o lado masculino, sendo por outro lado frequentes as mulheres solteiras com idades entre os 14 e 39 anos. Foram poucos os agregados a ultrapassarem os 39 anos de idade. Outro detalhe que deve ser ressaltado, não constante na tabela, é o fato de 10% da população da aldeia da Escada ser composta de agregados, em sua maioria também menores de idade. Nossa hipótese é a de que as aldeias se sustentavam em termos populacionais graças a uma dinâmica de incorporação de índios que viviam segundo estatutos ambíguos, pois ora eram aldeados, ora administrados.

Tabela 2

Agregados nas aldeias de São Paulo (1798-1803)⁶²

Características dos agregados	gênero		Total
	Masculino	Feminino	
Casado	3	3	6
Solteiro	10	20	30
Viúvo	3	4	7
Menores (14 anos)	22	15	37
Não consta (maiores)	3	7	10
Total	41	49	90

Fonte: BDAESP, VIII, p. 101-224.

É difícil fazer maiores especulações sobre os dados acima, mas podemos lançar algumas hipóteses iniciais na tentativa de desvendar quem eram esses

⁶¹ Ver também MARCHIORO, Marcio. O banquete da onça mansa: fluxos internos e externos da população indígena aldeada (São Paulo, 1798-1803). In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 3., Florianópolis, 2007. **Anais...** Florianópolis, 2007.

⁶² A tabela se refere às listas nominativas das seguintes aldeias: Barueri, Embu, Escada, Itaquaquecetuba, Itapeperica e Peruíbe. A aldeia de Pinheiros é a única onde não aparecem indivíduos classificados como agregados.

indivíduos inseridos no interior dos aldeamentos e classificados como agregados em seus respectivos fogos. Normalmente as mulheres solteiras entravam nos fogos solitárias, ou seja, sem que houvesse algum outro agregado no mesmo fogo. Já os menores parecem ter entrado em grupo, talvez de irmãos, com típico escalonamento de idades. Quando entravam esses grupos de menores, muitas vezes havia também outros agregados solteiros no mesmo fogo, reforçando a indicação sobre grupos de irmãos.

Na aldeia de N. S. da Ajuda de Itaquaquecetuba encontramos um número de 24 agregados, sendo que a aldeia contava com uma população de 247 indivíduos em 1798 – ano da feitura da lista. Desse modo, sabemos que a aldeia contava em sua população com cerca de 10% de agregados, dado que a coloca junto a mais três aldeias aqui analisadas – Itapecerica, Escada e Barueri –, que também chegavam à porcentagem de 10%. No entanto, o dado que mais impressiona é a diferença entre a população agregada feminina e a masculina. Eram 18 mulheres para apenas 6 homens agregados, ou seja, as mulheres constituíam 75% da população agregada. Além disso, havia uma faixa etária na qual a agregação era nitidamente predominante: 50% dos agregados tinham mais de 60 anos. Eram exatamente 12 agregados com mais de 61 anos de idade, sendo 10 mulheres e somente 2 homens. Segundo os dados analisados por Petrone – extraídos da mesma lista que usamos –, no total tratava-se de 25 indivíduos com 61 anos ou mais.⁶³ Petrone apresenta uma lista de Itaquaquecetuba oriunda do ano de 1802 na qual há uma variação nítida: caiu de 25 para 21 o número de idosos com mais de 60 anos.⁶⁴ Reduziu-se também, e significativamente, a população de menores de 10 anos, que eram 70 em 1798 e 54 em 1802. Vale a pena dizer também que dos 24 agregados existiam 5 mulheres com idades na casa dos 31 aos 40 anos. Nenhuma dessas 5 mulheres foi referenciada na lista como parente do cabeça do fogo, de modo que é difícil sugerir a origem delas. Dos 12 agregados acima dos 60 anos, sete foram listados como parentes dos cabeças dos fogos. Eram viúvas, mas, ao contrário do que ocorria em Itapecerica, como veremos adiante com mais detalhes, não se nota um padrão de residência. Em três fogos encontramos a mãe do homem cabeça do fogo, em dois a

⁶³ BDAESP, VIII, p. 101-206; MARCHIORO, M. Op. Cit.; PETRONE, P. Op. Cit., p. 267.

⁶⁴ BDAESP, VIII, p. 101-206; MARCHIORO, M. Op. Cit.; PETRONE, P. Op. Cit., p. 357.

sogra do homem, em um o pai do homem e em outro a mãe da mulher cabeça do fogo. Itaquaquecetuba era sobretudo uma aldeia despovoada de homens em idade produtiva (dos 20 anos 40 anos). Encontramos 39 mulheres para 14 homens entre os 20 e 40 anos. Vemos em lista de 1802 que o número de mulheres jovens viúvas era muito grande.

Na única aldeia localizada no litoral, Peruíbe, o número de agregados era pequeno, apenas cerca de 3% da população. Eram 6 indivíduos num total de 201 moradores. Em sua maioria tratava-se de crianças com menos de 14 anos de idade (num total de 4). Vemos em tabela de 1798, publicada por Petrone, que o número de mulheres e homens era equilibrado, só havendo uma grande flutuação na geração que ia dos 30 aos 40 anos.⁶⁵ É aí que encontramos 24 homens para 15 mulheres.⁶⁶ Fica difícil propor alguma análise deste último dado, mas pode-se sugerir que mulheres adultas eram mais requisitadas que os homens para prestarem serviços a particulares. Deve-se explicar que nenhum agregado da aldeia possuía parentesco com o cabeça do fogo em que residia, ou pelo menos não foi dito nada nesse sentido na lista. No entanto, na lista de 1802, Peruíbe apresentava uma grande disparidade na geração dos 20 aos 30 anos. Então haviam passado a ser 34 mulheres para 14 homens, apenas, fato que pode indicar ou uma dinâmica de recrutamento de trabalho ou de casamentos. Ou muitos homens saíram da aldeia ou várias mulheres entraram. A provável saída de homens pode ter sido causada por recrutamento para trabalhos para particulares ou por casamentos fora da aldeia. Já a entrada de mulheres pode ter se dado pelo casamento com homens da aldeia ou, quiçá, pela chegada de nova população oriunda do sertão.

De todas as aldeias analisadas, o caso de Itapecerica importa muito, no que diz respeito aos classificados como agregados.⁶⁷ Eram 37 numa população total de 332 habitantes. Ou seja, os agregados constituíam 11% da população. Assim como Itaquaquecetuba, Itapecerica era, sobretudo, uma aldeia com muitos casos de mulheres viúvas. Conforme dados de 1802, tratava-se de 27 mulheres viúvas num

⁶⁵ BDAESP, VIII, p. 101-206; MARCHIORO, M. Op. Cit.; PETRONE, P. Op. Cit., p. 273.

⁶⁶ BDAESP, VIII, p. 101-206; MARCHIORO, M. Op. Cit., p. 5.

⁶⁷ BDAESP, VIII, p. 101-206; MARCHIORO, M. Op. Cit., p. 7.

total de 75 fogos ou domicílios.⁶⁸ Quanto àqueles com idades dos 30 aos 100 anos, nota-se um total de 32 homens para 73 mulheres (na lista de 1802 eram 31 homens para 71 mulheres). Vemos aí mais um indício de que os índios aldeados em São Paulo do fim do século XVIII e início do século XIX eram submetidos a jornadas de trabalho perigosas sertão adentro. Pois bem, analisando a lista mais detalhadamente, vemos que a maioria deles era menor ou tinha mais de 60 anos. São exatamente 12 menores de 14 anos e dez viúvos com mais de 60. Dentre os viúvos agregados só encontramos dois homens. Contudo, o mais interessante é o padrão de residência verificado. De 37 agregados, 16 tinham relações de parentesco com o cabeça do fogo. Desses 16 agregados, precisamente sete eram viúvas que também eram mães de um homem chefe de fogo, provavelmente estabelecidas ali apenas momentaneamente. Além disso, dois viúvos homens moravam com seus filhos do sexo masculino.

O aldeamento de N. S. da Escada diferenciava-se de Itaquaquecetuba, Peruíbe e Itapecerica sobretudo pela presença de uma numerosa população jovem. Tanto em 1798 como em 1802, cerca de 40% da população tinham menos de 10 anos. Esse resultado mostra que a aldeia estava em pleno florescimento na época da feitura das listas. Escada era habitada em 1798 por 210 pessoas, sendo 19 agregados. Nenhum agregado possuía parentesco explicitado em lista com os cabeças de seus respectivos fogos. Cerca de 9% da população era, então, composta de agregados. Pois bem, seguindo essa tendência de população jovem, vemos uma lista de nove agregados com menos de 14 anos, sendo seis meninos e três meninas. Já entre as gerações seguintes os dados pendem mais para o lado feminino: dos 14 aos 30 anos, quatro eram mulheres e um homem; dos 31 aos 40 anos, duas mulheres e um homem; e dos 51 aos 60 anos eram duas mulheres e nenhum homem.⁶⁹ Apareciam quatro agregados no fogo com filhos pequenos.

A aldeia de Embu tinha uma percentagem reduzida de agregados. São apenas 10 num universo de 261 moradores (3,8%). Listas de 1798 e 1802 demonstram que a população adulta (com mais de 20 anos) era em sua maioria composta de mulheres. Na lista de 1798 contavam-se 145 meninas com mais de 10

⁶⁸ BDAESP, VIII, p. 101-206; PETRONE, P. Op. Cit., p. 360.

⁶⁹ BDAESP, VIII, p. 101-206.

anos para 86 meninos, enquanto em 1802 havia 68 mulheres para 45 homens, agora analisando as pessoas com idades de 20 ou mais anos. Em 1802 temos 60 fogos com 20 mulheres viúvas e apenas um homem viúvo. Não é possível traçar grandes tendências no que diz respeito ao perfil dos agregados em Embu, talvez pelo reduzido número constante nas listas. O caso mais frequente (4 entre 10) era o de viúvas com mais de 61 anos. Os outros estavam distribuídos entre os grupos de menor idade. No total eram sete agregadas para apenas três agregados. Três mulheres viúvas mostravam parentesco com o cabeça.⁷⁰

De todas as aldeias listadas aqui, Barueri é a mais populosa com um contingente de 580 moradores.⁷¹ Desses, cerca de 10% (57 indivíduos) foram considerados agregados. Cerca de 45% dos agregados (26 indivíduos) tinham entre 14 e 30 anos, sendo 13 homens e 13 mulheres. Além disso, 16 eram menores de 14 anos e nove possuíam mais de 60 anos, sendo 8 mulheres. Barueri interessa muito no que diz respeito ao crescimento populacional entre os anos de 1798 e 1803. A variação, em aproximadamente cinco anos, foi de 8%. Em 1798 tínhamos uma população de 533 indivíduos. O maior diferencial, no entanto, não está aí, mas sim no fato de que a variação se devia somente ao grupo feminino. Em 1798 eram 270 mulheres para 263 homens, enquanto que em 1803 eram 319 mulheres para 261 homens. Tratou-se de crescimento de 18% da população feminina, frente a um decréscimo ínfimo da população masculina. Aqui é que entra a participação dos ausentes, a ser analisada adiante. Sabemos que em 1803 os ausentes estavam presentes na contagem de 580 moradores. Será que também apareciam na contagem de 1798? É o que nos resta investigar. Dos 57 agregados, 24 eram parentes do cabeça do fogo. Barueri era a única aldeia das quatro a possuir parentes agregados nos fogos, com padrão diferenciado. Não eram as mães viúvas que predominavam, mas sim os sobrinhos do cabeça do fogo, com um total de 11.

Isso nos deixa com a hipótese de ter havido segmentos excluídos no interior dos aldeamentos. Usamos o termo “excluídos” porque essas instituições teriam sido marcadas pelo projeto de constituição de famílias camponesas, mas o próprio processo de estabelecimento dessas aldeias, por diversas razões, teria “deixado de

⁷⁰ BDAESP, VIII, p. 101-206; MARCHIORO, M. Op. Cit., p. 7.

⁷¹ BDAESP, VIII, p. 101-206; MARCHIORO, M. Op. Cit., p. 7-8.

lado” várias pessoas, as quais acabavam por viver fora do modelo dos casais em fogos independentes (os agregados). Isso pode ajudar a entender as razões para que não se realizasse plenamente a tendência ao crescimento demográfico observada a partir da fecundidade das meninas e da participação de crianças na população (de acordo com os dados de Petrone).

Nesse sentido, vemos que há uma contrapartida à fecundidade feminina proposta acima em nosso texto. Mulheres teriam seus primeiros filhos em idades bastante tenras, como demonstramos. Porém ficavam viúvas cedo. Além disso, há muitos casos de saídas de homens dos aldeamentos, o que se dava de acordo com flutuações bastante significativas. A ideia central é a de que os aldeamentos necessitavam da incorporação de novos índios dos sertões ou do sistema de administração, mas que a entrada deles não garantia pujança demográfica às aldeias. O número de viúvas em vários aldeamentos é expressivo e pode demonstrar que os índios homens participavam intensamente do processo de expansão da capitania sobre as terras indígenas em Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, dentre outras possibilidades não analisadas aqui. Com isso passamos a analisar mais detalhadamente os ausentes das aldeias.

Ausentes das aldeias

As aldeias que nos mostram dados relevantes no que diz respeito à idade dos ausentes são Escada, Embu e Barueri. Em Escada temos uma maioria masculina entre as idades de 14 e 30 anos. Eram em sua maioria jovens solteiros, ou então recém-casados sem filhos ou com menos de dois filhos pequenos. Em Embu, pelo que levantamos, temos mais mulheres solteiras saindo da aldeia. Já Barueri foi um caso à parte. Havia famílias inteiras fugidas e muitos homens e mulheres com idade entre 14 e 30 anos. Nesse quesito, segue a tendência apontada também para Escada.⁷²

Para as cinco aldeias com índios ausentes, notam-se variações no que diz respeito à porcentagem da população ausente perante a população total da localidade. Em Escada e Itaquaquecetuba os ausentes correspondiam a cerca de

⁷² MARCHIORO, M. Op. Cit., p. 8.

5% da população, enquanto em Barueri, Embu e Pinheiros os ausentes eram em maior número, chegando a 10% da população total da aldeia. No que diz respeito às localidades listadas como rumo desses sujeitos em saída do aldeamento, destacavam-se mais lugarejos situados no interior paulista. Apareciam, desse modo, Parnaíba, Campinas, Sorocaba e Sorocamirim como as localidades para onde se dirigiam com maior frequência os índios saídos dos aldeamentos. Além disso, quanto a localidades situadas fora das delimitações do atual interior paulista, podem ser citadas Curitiba, Rio de Janeiro, Cuiabá e Minas Gerais.⁷³

Tabela 3

Ausentes das aldeias de São Paulo (1798-1803)

Aldeia	Adjetivação da ausência					Total
	Fugido	Desertor	S/ licença	C/ licença	Não consta	
Barueri	32	-	19	5	1	57
Embu	-	-	25	-	1	26
Escada	-	-	4	1	7	12
Itaquaquetuba	-	2	-	-	16	18
Pinheiros	-	-	13	4	1	18
Total	32	2	61	10	26	131

Fonte: BDAESP, VIII, p. 101-224.

Entre os casos mais interessantes esteve, primeiramente, o número de classificados como “fugidos” na aldeia de Barueri. Além dele, o quantitativo de saídos sem licença em todas as aldeias, excluindo-se Itaquaquetuba. Diversas famílias fugiram de Barueri nessa época (1803), o que sugere uma certa fragmentação. Demonstra também possíveis mecanismos para intensas entradas e saídas dos aldeamentos, como no caso do aldeamento de Atalaia, descrito por Tatiana Takatuzi, ou no de São Pedro de Alcântara, descrito por Marta Amoroso (ambos estabelecidos no atual Paraná durante o século XIX).⁷⁴ A maioria dessas famílias foi para regiões do interior paulista como Sorocaba, Itú e Campinas. Já os

⁷³ Idem.

⁷⁴ TAKATUZI, T. Op. Cit.; AMOROSO, Marta Rosa. **Catequese e evasão. Etnografia do aldeamento indígena de São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895)**. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

que saíram “sem licença” de Barueri foram jovens solteiros ou casais sem filhos. O fato de terem saído sem licença 61 dos índios listados, somando todas as aldeias – quase metade do total de ausentes –, indica uma certa atitude de autonomia dos índios perante os agentes da colonização, que tentavam controlar essas saídas. Resta investigar se tais partidas ocorriam numa base corriqueira e constante, como nos aldeamentos de Atalaia e São Pedro de Alcântara no século XIX, ou se o caso foi de elas se terem tornado mais presentes no fim do século XVIII e início do século XIX.⁷⁵ Tudo isso aponta para a existência nos aldeamentos de uma dinâmica na qual os índios não achavam necessário comunicar sua saída para as autoridades coloniais responsáveis. Mesmo que a legislação portuguesa mandasse que a comunicação fosse sempre feita. Não temos números para Itapecerica. Talvez as saídas fossem bastante comuns também. Casos semelhantes são vistos nos aldeamentos do Tibagi e no de Atalaia, como enfatizamos.⁷⁶

Considerações finais

Foi recolocado aqui o problema relativo à vigência ou não de tendências ao crescimento da população dos aldeamentos paulistas, embora a resposta tenha continuado a ser ambígua. A alta proporção de crianças na população só podia aparecer juntamente com a baixa razão criança/mulher em virtude de as faixas etárias de maior idade terem estado relativamente “vazias”, o que se ligava à mortalidade e aos abandonos dos aldeamentos. Mas isso não pode fazer esquecer que a maternidade precoce era tão importante nas aldeias paulistas quanto em diversas outras situações e grupos que mostravam ímpeto demográfico. Além do mais, a presença de mães muito jovens entre as aldeadas dava sinais de ligar-se a provavelmente mais de uma forma de regulação. Não foi possível estabelecer se essa regulação era de origem eclesiástica, se era uma prática colonial ou se provinha da agência dos próprios indígenas. Mas a comparação com outros aldeamentos ainda sob controle eclesiástico sugere que a presença jesuítica prévia deve ter sido uma contribuição importante para o estabelecimento de um padrão

⁷⁵ MARCHIORO, M. Op. Cit., p. 8; TAKATUZI, T. Op. Cit.; AMOROSO, M. R. Op. Cit.

⁷⁶ TAKATUZI, T. Op. Cit.; AMOROSO, M. R. Op. Cit.

como esse, muito embora quanto a São Paulo só o tenhamos observado sob a condição, possivelmente, de ruína.

A abordagem de Serafim Leite, dentro de seus limites, deixou a sugestão de que as experiências em aldeias como as paulistas podem ser compreendidas lembrando que sua dinâmica era desproporcionalmente tocada pela vida institucional, pela vida política e pelas relações e negociações entre elites locais e Estado. O parco dinamismo econômico e a distância frente a sertões em que elas pudessem ser montadas como anteparos defensivos – “muralhas do sertão”, como escreveu Nadia Farage – parece tê-las feito flutuar ao sabor das mudanças legais.⁷⁷ Apesar de isso não eliminar a possibilidade da intervenção da etnicidade na conformação das relações estabelecidas em seu interior, faz pensar em administradores pondo grande ênfase no estabelecimento de algum tipo de relação com as mudanças legais e institucionais – ao invés de simplesmente desconhecê-las. O fato de os indígenas terem sido inseridos nesse ambiente no qual as mudanças institucionais tinham grande peso – em lugar, por exemplo, da dinâmica do sertão – faz suspeitar, quanto às mães precoces, de que a prática resultava de regulação missionária e da relação dos aldeados com as instituições coloniais.

Essa prevalência de ordenamentos missionários e coloniais, pelo menos quanto ao problema do estabelecimento das uniões, condiz com o que foi possível observar no tocante a mecanismos de angariação de trabalhadores entre os aldeados. Ao invés da singeleza da unicidade Guarani que às vezes se imagina quanto às aldeias, e que poderia ser considerada capaz de abrir tendência à manutenção de regras indígenas, os mecanismos de arregimentação paulistas foram difusos e descontínuos durante o século XVIII. Acima de tudo, parecem ter sido pouco direcionados para grupos específicos que originassem uma etnicidade marcante no interior dos aldeamentos. É importante manter isso em mente, mesmo que não seja possível estimar a participação de cada origem étnica na população das aldeias. É verdade que aparecem na documentação múltiplas referências a indígenas Carijó,⁷⁸ assim como a carijós de Cuiabá⁷⁹ ou,

⁷⁷ FARAGE, N. *As Muralhas*. S. l.: s.n, s.d.

⁷⁸ BDAESP, VIII, p. 6, 9, 20, 23-25.

individualmente, a um “carijó oriundo da terra”.⁸⁰ Mas também aparecem indicações de origem Bororo,⁸¹ ou, só para complicar mais, de indígenas específicos classificados como “carijó de nasam Bororó”.⁸²

A porosidade das fronteiras dos aldeamentos deve ter sido, segundo as informações que se conseguiu reunir neste estudo, uma das principais razões de sua estagnação demográfica relativa. Parece ter sido mais importante até do que a mortalidade infantil, embora esta tenha permanecido alta mesmo após ter transitado das catástrofes súbitas para a mortandade constantemente alta das endemias. Aquela porosidade não só foi diretamente constatada através das saídas de adultos (especialmente homens) das aldeias, como também foi percebida por intermédio de seus efeitos na organização dos domicílios, pelo que se notou acerca das práticas de agregação no interior das aldeias. A agregação também sugeriu a existência de constrangimentos para a formação de novos lares indígenas, da mesma maneira que a forte presença de viúvas entre as agregadas deixa no ar a suspeita de a mortalidade ter influído como mortandade de homens adultos, ainda mais que a de crianças.

Bibliografia citada

AMOROSO, Marta Rosa. **Catequese e evasão. Etnografia do aldeamento indígena de São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895)**. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. **Operários de uma vinha estéril. Os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil – 1580-1620**. Bauru: Edusc, 2006..

CORRÊA, Dora Shellard. **O aldeamento de Itapecerica: de fins do século XVII a 1828**. São Paulo: Estação da Liberdade, 1999. p. 38.; MARCHIORO, Marcio. Casamentos indígenas: estratégias matrimoniais na aldeia de Itapecerica (século XVIII e início do século XIX). *In: XV Encontro Regional de História – Anais*. Curitiba, 2016.

CROSBY, Alfred. **Imperialismo Ecológico**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

FARAGE, N. **As Muralhas**. S. l.: s.n, s.d.

HEMMING, John. **Fronteira amazônica**. São Paulo: Edusp, 2009.

⁷⁹ BDAESP, VIII, p. 25.

⁸⁰ BDAESP, VIII, p. 60.

⁸¹ BDAESP, VIII, p. 22.

⁸² BDAESP, VIII, p. 35.

LEITE, S. I., Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. tomo VI.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Invernos cruentos: nota sobre a morbidade entre escravos e administrados a partir de movimentos sazonais e crises de mortalidade (Curitiba, 1732-1801). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 20, p. 98-129, 2015.

LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. São Paulo: Edusp, 2005.

MARCHIORO, Marcio. O banquete da onça mansa: fluxos internos e externos da população indígena aldeada (São Paulo, 1798-1803). *In*: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 3., Florianópolis, 2007. **Anais...** Florianópolis, 2007.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo - povoamento e população, 1750-1850**. São Paulo: Pioneira, 1973.

MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999.

NADALIN, Sérgio Odilon. **História e demografia**: elementos para um diálogo. Campinas: ABEP, 2004.

PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos paulistas**. São Paulo: Edusp, 1995.

PREZIA, Benedito A. **Os índios do planalto paulista**: nas crônicas quinhentistas e seiscentistas. São Paulo: Humanitas, 2010.

SCHWARTZ, S. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. S. l: s.n, s.d.

TAKATUZI, Tatiana. **Águas batismais e santos óleos**. Curitiba: Museu Paranaense, 2014.

Recebido: 08/03/2017

Aprovado: 20/12/2017